

## Disciplina: Direito Agrário I

### Prof. Me. João Paulo Rocha de Miranda

Advogado (UFMT) e Zootecnista (UFSM)

Mestre em Direito Agroambiental (UFMT)

Especialista em Sociedade e Desenvolvimento Regional (UFMT)

Especialista em Direito Ambiental e desenvolvimento Sustentável (FESPMP-MT/UNIC)

CONTATOS:

E-mail: [jpr.miranda@gmail.com](mailto:jpr.miranda@gmail.com)

Skype: jpr.miranda

Blog: <http://professormiranda.blogspot.com/>

# ATENÇÃO

Esse material é uma ferramenta didática e de apoio ao aluno, sendo imprescindível o acompanhamento das aulas ministradas pelo Prof. Me. João Paulo Miranda e o estudo doutrinário e jurisprudencial quanto aos temas abordados. Para tanto, sugere-se a atualização do(a) aluno(a) através do conhecimento da jurisprudência dos Tribunais Superiores e das atualidades doutrinárias, sendo, para tal, de grande valia o site de atualização de Informativos do STF e STJ e o blog do Prof. Miranda, conforme os respectivos endereços eletrônico:

<http://divisaoinformativos.wordpress.com/>

<http://professormiranda.blogspot.com/>

# APRESENTAÇÃO



# Disciplina: Direito Agrário I

## EMENTA

- ▶ Sistema constitucional;
- ▶ Aspectos históricos;
- ▶ Teoria geral do direito agrário;
- ▶ Objetivos;
- ▶ Direito comparado;
- ▶ Estatuto da Terra;
- ▶ Reforma agrária.

# Disciplina: Direito Agrário

## AVALIAÇÃO

Presença

1 ponto

Participação

1 ponto

Avaliação  
na tarde de  
sábado

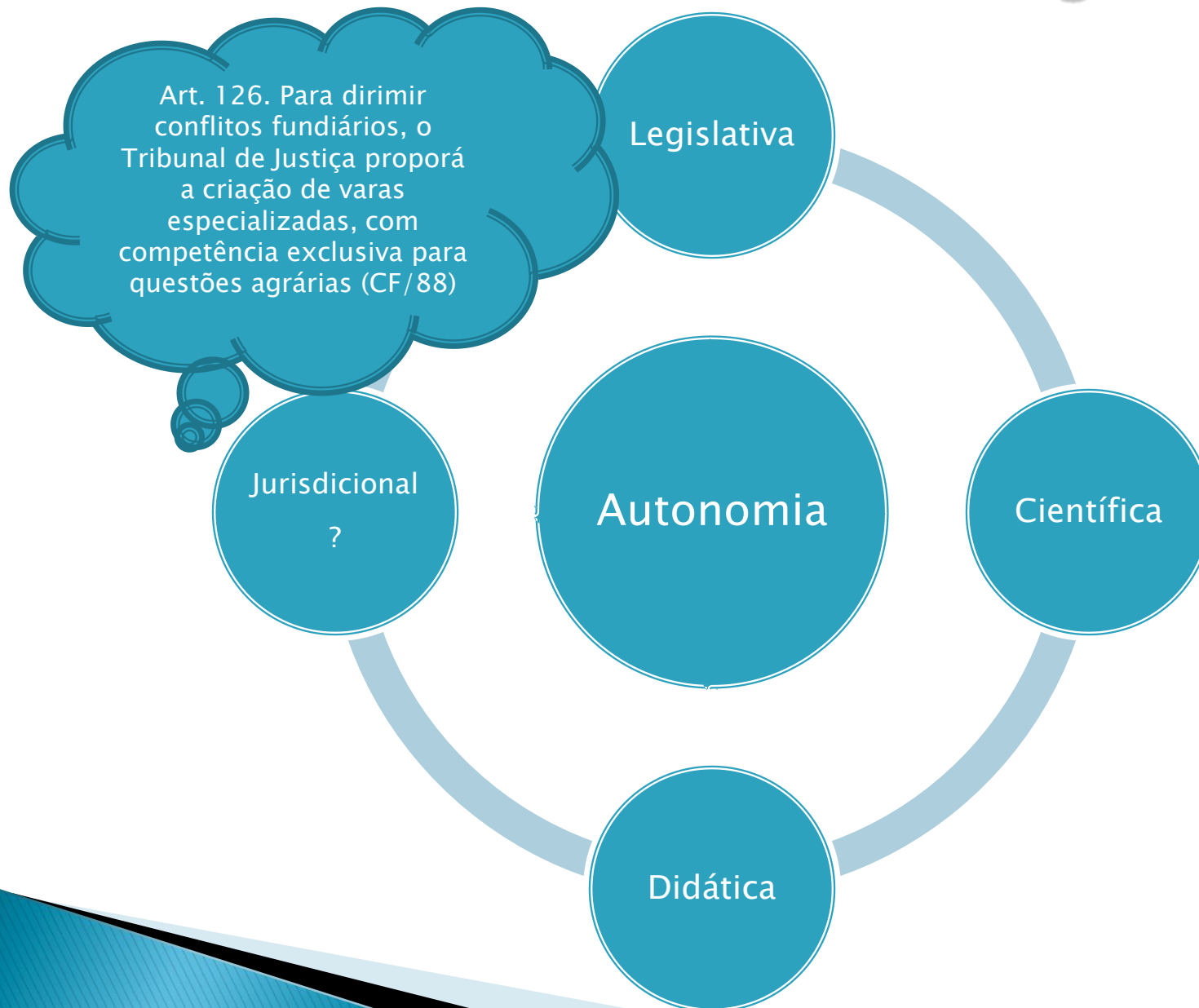
8 pontos

# Disciplina: Direito Agrário

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ▶ CAVEDON, Fernanda de Salles. **Função social e ambiental da propriedade**. Florianópolis: Visualbooks, 2003. ISBN 85-88681-12-9;
- ▶ MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito agrário brasileiro**. 7 ed. rev. e atual., São Paulo: Atlas, 2007. ISBN 978-85-224-4759-6;
- ▶ MARQUESI, Roberto Wagner. **Direitos reais agrários & função social**. Curitiba: Juruá, 2001. ISBN 85-7394699-7;
- ▶ MIRANDA, João Paulo Rocha de. **Fundamentos do direito ambiental aplicado às ciências agrárias, ambientais e jurídica**. Juina/MT: Amazon, 2009. ISBN 978-85-61876-03-6. (Disponível *on-line* gratuitamente: <http://professormiranda.blogspot.com/2011/04/livro-do-prof-miranda-on-line.html> );
- ▶ MIRANDA, João Paulo Rocha de. A reserva legal e o direito de propriedade. In CRIADO, Francisco de Asís Palacios; MELO, Marcelo Augusto Santana de; JACOMINO, Sérgio (org.). **Registro de imóveis e meio ambiente**. São Paulo: Saraiva, 2010. ISBN 978-85-02-08293-9;
- ▶ OPITZ, Silva C. B.; OPITZ, Oswaldo. **Curso completo de direito agrário**. 5 ed. rev. e atual., São Paulo: Saraiva, 2011. ISBN 978-85-02-10268-2.

# 1. Autonomia do Direito Agrário

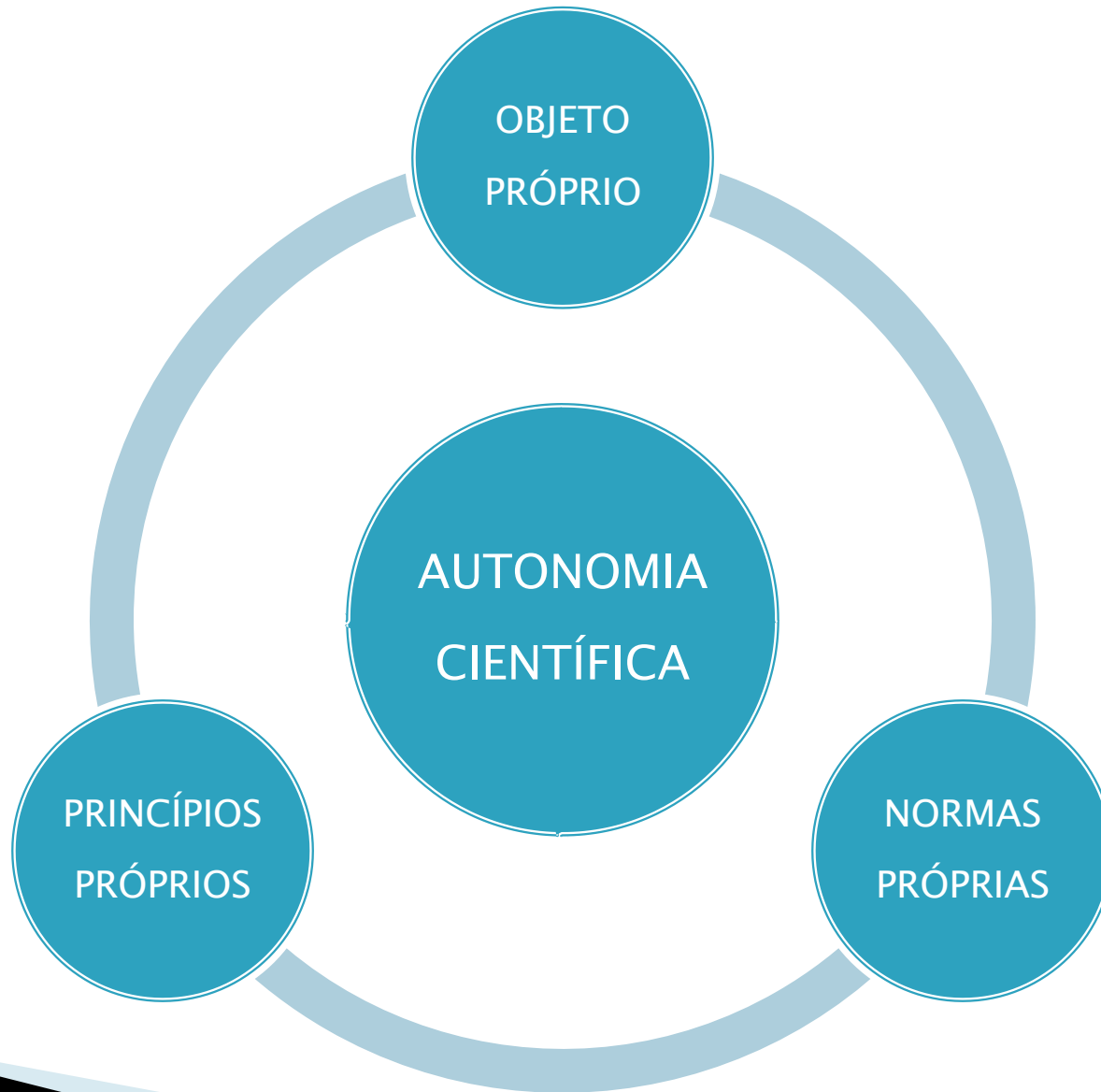


# Disciplina: Direito Agrário I

## AUTONOMIA LEGISLATIVA:

- ▶ EC nº 10, de 10/11/1964 = inseriu ⇒ alínea “a” ⇒ XV ⇒ Art. 5º, CF/46
  - Competência legislativa União ⇒ Direito Agrário
  - Autonomia Constitucional
- ▶ Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64) ≅ “Código Agrário”

# Disciplina: Direito Agrário I



# Disciplina: Direito Agrário I

## AUTONOMIA DIDÁTICA:

- ▶ 1942 ⇒ Jurista Malta Cardozo ⇒ recomendou o ensino de Direito Rural nas Faculdades;
- ▶ 1972 ⇒ Resolução nº 3, Conselho Federal de Educação, de 25/02/1972 ⇒ Introdução da disciplina em caráter opcional ou eletivo.

# Disciplina: Direito Agrário I

## AUTONOMIA JURISDICCIONAL:

- ▶ Implantação da Justiça Agrária no Brasil (Federal)
- ▶ Avanços:
  - Constituinte de 1988 ⇒ Art. 126 ⇒ recomendou os TJ dos Estados instituírem entrâncias especiais e designarem juízes com competência exclusiva para as questões agrárias;
  - EC nº 45/04 =modifica⇒ Art. 126 ⇒ Varas especializadas

# Disciplina: Direito Agrário I

“Art. 126. Para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias.”

(CF/88)

# VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO AGRÁRIO



# VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO AGRÁRIO

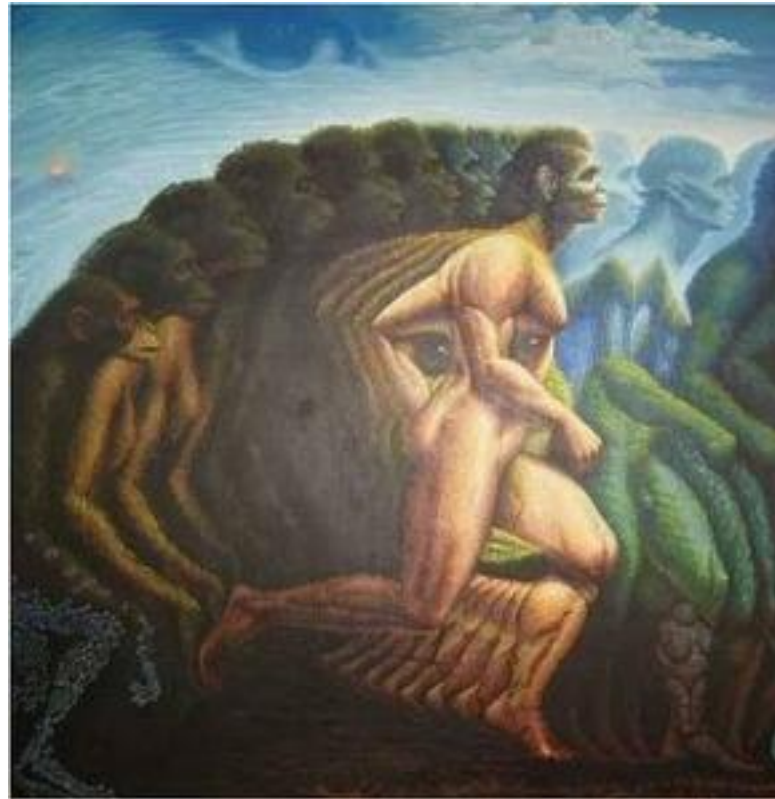


# Interfaces do Direito Agrário



## 2. Origem do Direito Agrário

Remonta os primórdios da civilização



# Disciplina: Direito Agrário I

## Origem do Direito Agrário

**Homem começa a retirar da terra alimentos necessários à sobrevivência**



# Disciplina: Direito Agrário I

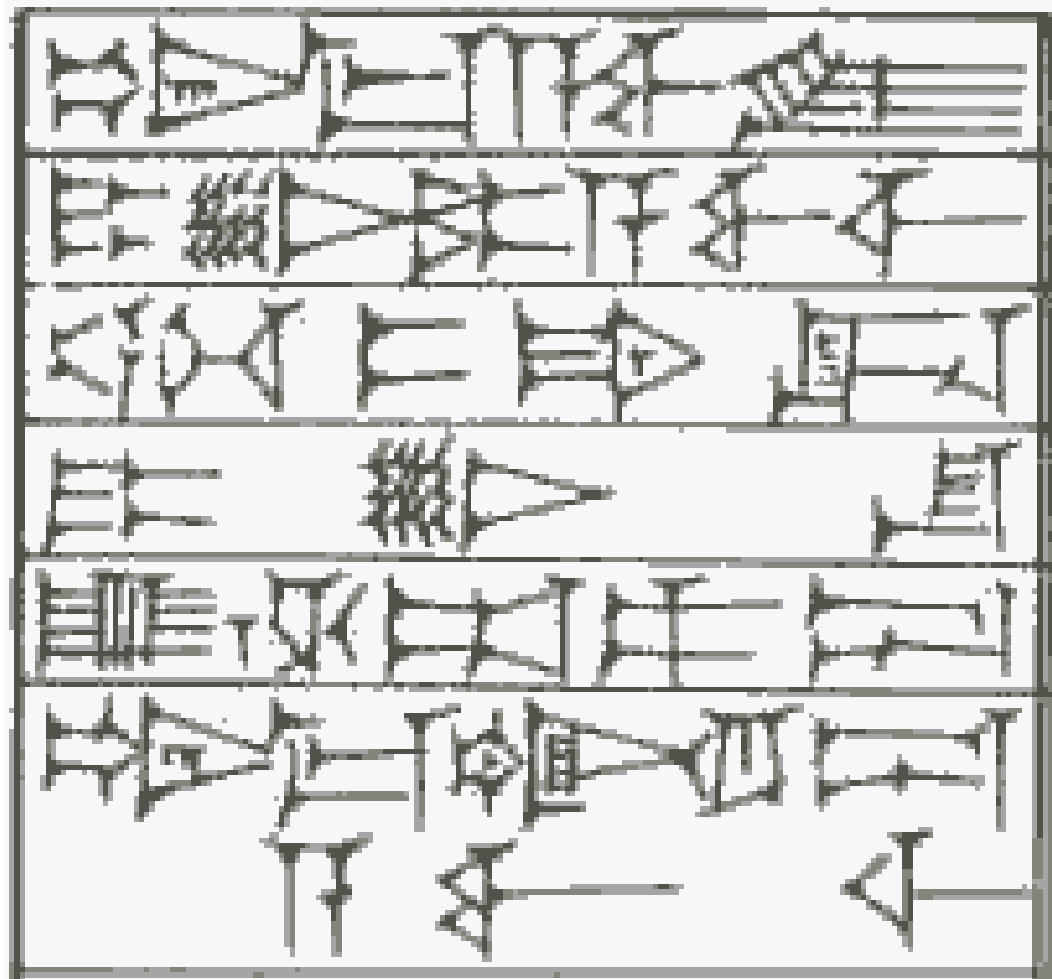
## Origem do Direito Agrário

Homens se organizam em tribos necessário ⇒  
criação de normas reguladoras da relação entre  
eles e a terra ⇒  
Nasce o ordenamento jurídico agrário



# Disciplina: Direito Agrário I

## Código de Hammurabi



# Disciplina: Direito Agrário I



- ▶ 1º Código Agrário da Humanidade
- ▶ Séc. XVII a.C. ⇒ Povo babilônico
- ▶ 280 § ⇒ 65 temas agrários
- ▶ Capítulo V ⇒ locação e cultivo dos fundos rústicos
- ▶ Capítulo XII ⇒ empréstimo e locação de bois
- ▶ Capítulo XIV ⇒ tipificação da morte humana ⇒ chifrada boi
- ▶ Capítulo XVI ⇒ regia situação dos agricultores
- ▶ Capítulo XVII ⇒ situação pastores

# Disciplina: Direito Agrário I

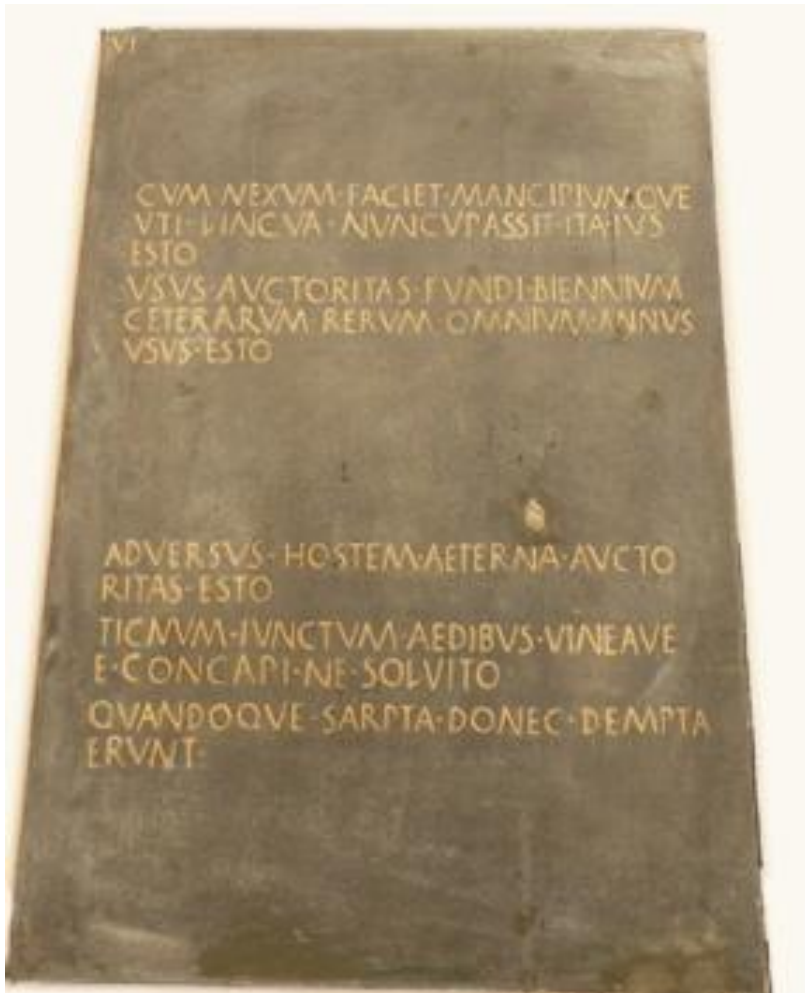


# Disciplina: Direito Agrário I

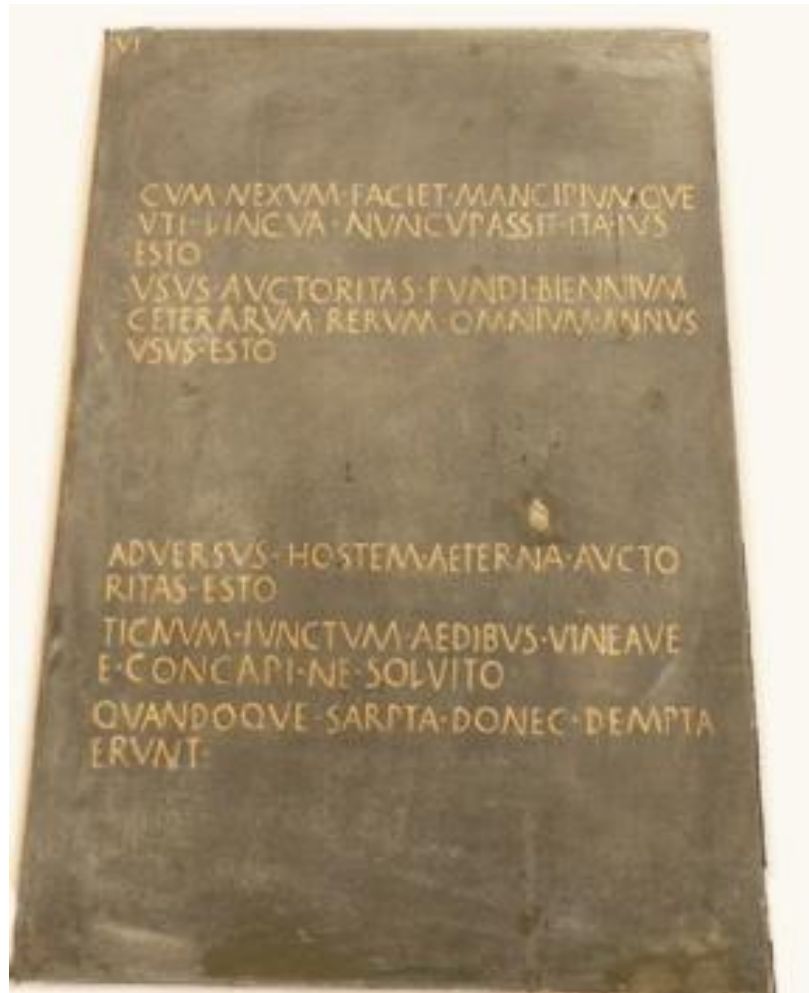
## TÁBUA SEGUNDA Dos julgamentos e dos furtos

(...)

9. Se alguém, sem razão, cortar árvores de outrem, que seja condenado a indenizar à razão de 25 asses por árvore cortada.



# Disciplina: Direito Agrário I



## TÁBUA SEXTA

### Do direito de propriedade e da posse

(...)

5. As terras serão adquiridas por usucapião depois de dois anos de posse, as coisas móveis depois de um ano.

### 3. Denominações do Direito Agrário



# Disciplina: Direito Agrário I



*Agrarius* = Campo  
Campo destinado à  
produção



*Ruralis* = Campo  
*Ruaralis* ≠ *Urbs*  
*Espaço rural*

**DIREITO AGRÁRIO**

**X**

**DIREITO RURAL**

# Disciplina: Direito Agrário I

## DENOMINAÇÃO CONSTITUCIONAL:

“Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho; (...)”

(CF/88)

## 4. Definições de Direito Agrário

“Direito Agrário é o conjunto de princípios e de normas, de Direito Público e de Direito Privado, que visa a disciplinar as relações emergentes da atividade rural, com base na função social da terra.”

(SODERO)

# Disciplina: Direito Agrário I

## Definições do Direito Agrário

“Direito Agrário é o conjunto de normas jurídicas concernentes à economia agrária.”

(OPTIZ)

# Disciplina: Direito Agrário I

## Definições do Direito Agrário

“Direito Rural é o conjunto das normas que asseguram a vida e o desenvolvimento econômico da agricultura e das pessoas que a ela se dedicam profissionalmente.”

(MALTA CARDOZO)

# Disciplina: Direito Agrário I

## Definições do Direito Agrário

“O Direito Agrário é o conjunto de princípios e normas que, visando a imprimir função social à terra, regulam relações afeitas à sua pertença e uso, e disciplina a prática das explorações agrárias e da conservação dos recursos naturais.”

(RAYMUMDO LARANJEIRA)

# Disciplina: Direito Agrário I

## Definições do Direito Agrário

“Direito agrário é o conjunto sistemático de normas jurídicas que visam disciplinar as relações do homem com a terra, tendo em vista o progresso social e econômico do rurícola e o enriquecimento da comunidade.”

(Paulo Torminn Borges)

# Disciplina: Direito Agrário I

## Definições do Direito Agrário

“O Direito Agrário é a ordem jurídica que rege as relações sociais e econômicas que surgem entre os sujeitos intervenientes na atividade agrária. A expressão Direito Agrário implica a união dos conceitos fundamentais: o de *Direito* e o de *Agrário*. Por direito se entende toda ordem normativa e coativa, tendente a regular a conduta humana dentro do grupo social; e *agrário*, significa a terra com aptidão produtiva e toda atividade vinculada com a produção agropecuária.”

(Antonino Vivanco)

# Disciplina: Direito Agrário I

## Definições do Direito Agrário

“Direito Agrário é o conjunto de normas (teóricas e práticas) que se referem ao tipicamente jurídico, enfocado ao cultivo do campo e ao sistema normativo que regula o que é relativo à organização territorial rústica e às explorações caracterizadas como agrícolas, pecuárias, florestais.”

(R. Malèzieux e R. Randier)

## 5. Objeto do Direito Agrário

### OBJETO DO DIREITO AGRÁRIO:

“É toda ação humana orientada no sentido da produção, cantando com a participação ativa da natureza, sem descuidar da conservação das fontes produtivas naturais.”

(ALVARENGA)

# Disciplina: Direito Agrário I

## OBJETO DO DIREITO AGRÁRIO:

“Seriam, assim, os fatos jurídicos que emergem do campo, conseqüência da atividade agrária, da estrutura agrária, da empresa agrária e da política agrária; o que caracteriza a relação jurídica agrária .”

(MIRANDA)

# Disciplina: Direito Agrário I

## OBJETO DO DIREITO AGRÁRIO:

“Vem sempre preso à idéia do espaço fundiário em que se deva desenvolver uma atividade de produção e/ou de conservação de recursos naturais, vinculando-se, pois, a noção de trato de terra, do que é *ager* ou *rus*.”

(RAYMUNDO LARANJEIRA)

# Disciplina: Direito Agrário I



## Explorações rurais típicas:

Lavoura, pecuária,  
extrativismo e  
hortigranjearia

1º ou 2º ?



## Exploração rural atípica:

Agroindústria

1º ou 3º ?



## Atividade complementar da exploração rural:

Transporte e  
comercialização

← CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS →

# Explorações rurais típicas

Lavoura

Pecuária

Hortigranjearia

Extrativismo

Temporária

Pequeno Porte

Hortalças

Vegetal

Animal

Permanente

Médio Porte

Frutas

Pesca

Grande Porte

Ovos

# 6. Princípios do Direito Agrário

Monopólio legislativo da União

- Art. 22, §1º, CF/88

Utilização da terra se sobrepõe ao domínio

Garantia da propriedade condicionada à função social

- Art. 5º, XXII e XXIII, da CF/88 c/c Art. 186, da CF/88

Direito Agrário é dicotômico

- Política de Reforma Agrária X Política Agrícola

Prevalência do interesse público sobre o individual

# Princípios do Direito Agrário

Necessidade cte de reformulação da estrutura fundiária

Fortalecimento do espírito comunitário

- Cooperativas e associações

Combate ao latifúndio, ao minifúndio, ao êxodo rural

- Combate também à exploração predatória e aos mercenários da terra

Privatização dos imóveis rurais públicos

Proteção à propriedade familiar

- Proteção à pequena e média propriedade

# Princípios do Direito Agrário

Fortalecimento da empresa agrária

Proteção da propriedade consorcial indígena

Dimensionamento eficaz das áreas exploráveis

Proteção do trabalhador rural

Conservação e preservação dos recursos naturais

- Proteção do meio ambiente

# Disciplina: Direito Agrário I

Conservação



Preservação

## 7. Natureza Jurídica do Direito Agrário

PÚBLICO X PRIVADO ?

"O termo público não significa o próprio mundo, à medida que é comum a todos nós e difere do lugar que nos cabe de cada um de nós." 

# Disciplina: Direito Agrário I

## Imperativas

- Ou Normas Cogentes
- Não podem se ilididas pela vontade das partes

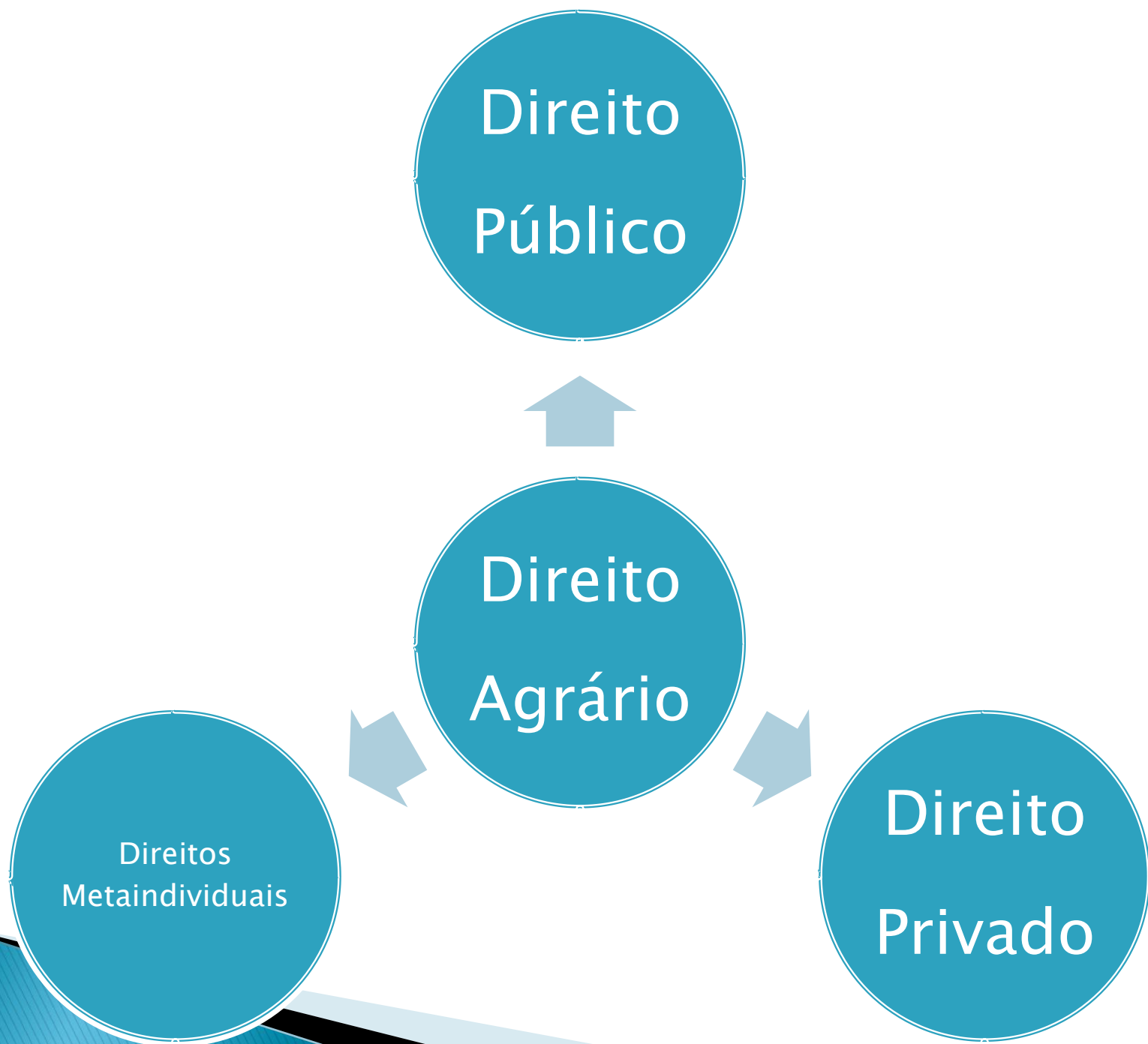
## Classificação das Normas

## Supletivas

- Ou Normas Dispositivas
- Que se amoldam aos interesses das partes

# Disciplina: Direito Agrário I

**Então, o Direito Agrário é um ramo de  
Direito Público ou Privado?**



# Disciplina: Direito Agrário I

## DIREITOS METAINDIVIDUAIS

- ▶ Interesses ou Direitos Difusos;
- ▶ Interesses ou Direitos Coletivos;
- ▶ Interesses ou Direitos Individuais Homogêneos



## DIREITOS DIFUSOS:

- TRANSINDIVIDUAL;
- NATUREZA INDIVISÍVEL;
- TITULARES INDETERMINADOS E  
LIGADOS POR CIRCUNSTÂNCIAS DE  
FATO (Ex: ar que respiramos).

(art. 81, I, CDC)

# DIREITOS COLETIVOS:

- TRANSINDIVIDUAL;
- NATUREZA INDIVISÍVEL;
- TITULARES  $\Rightarrow$  GRUPO, CATEGORIA OU CLASSE DE PESSOAS LIGADAS ENTRE SI OU COM A PARTE CONTRÁRIA POR UMA RELAÇÃO JURÍDICA BASE (Ex: trabalhadores sindicalizados...).

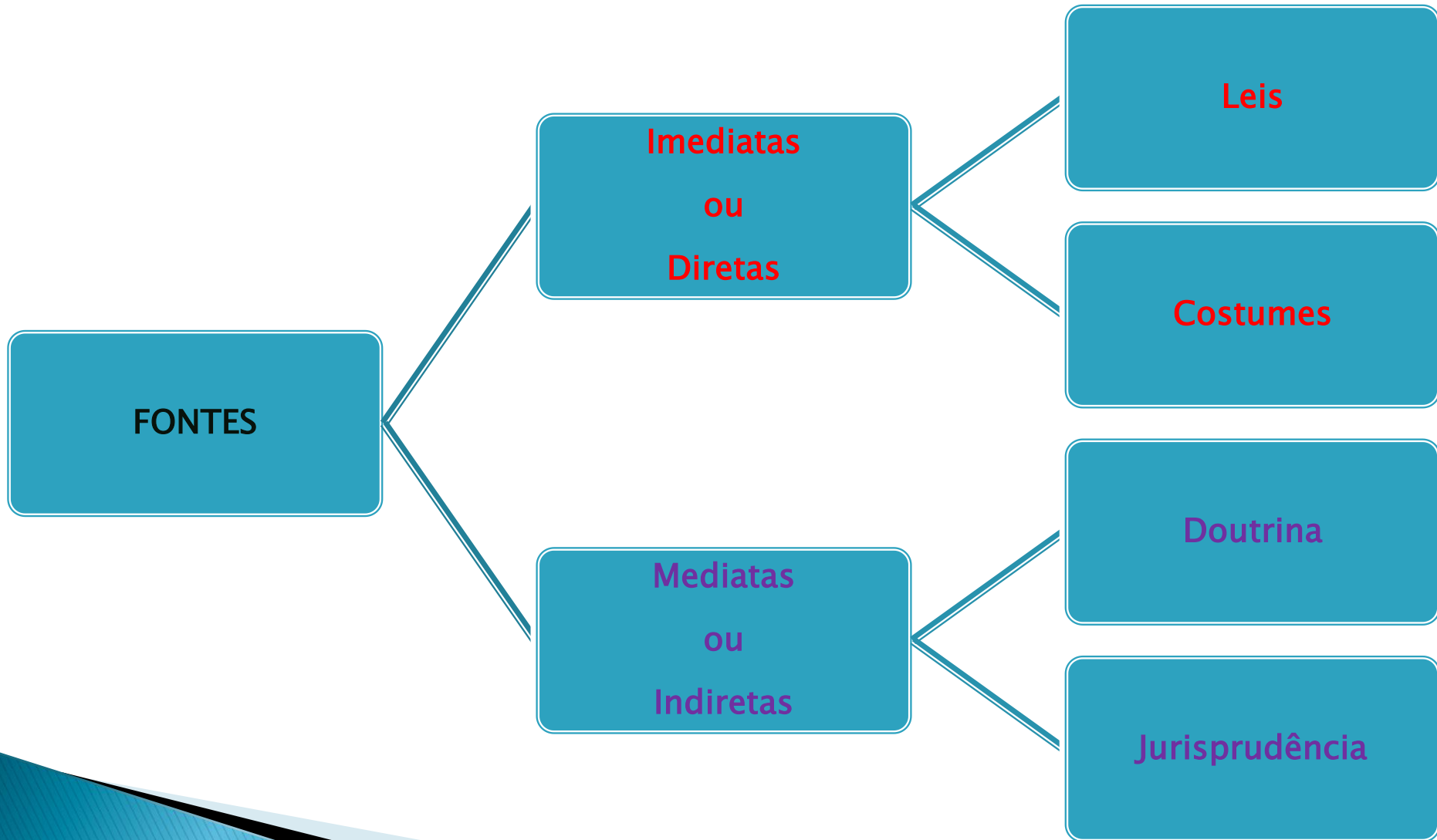
(art. 81, II, CDC)

# DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS:

- TRANSINDIVIDUAL ⇒ apenas para tutela judicial coletiva ⇒ Direito material individual ⇒ Origem comum;
- NATUREZA DIVISÍVEL;
- DECORRENTES DE ORIGEM COMUM (Ex: consumidores que adquiriram veículos cujas peças saíram defeituosas de fábricas; Instituição de tributo inconstitucional...).

(art. 81, III, CDC)

# 8. Fontes do Direito Agrário



## 9. IMÓVEL RURAL



# IMÓVEL RURAL NO ESTATUTO DA TERRA

## Critério da Destinação

“Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se:

I – "Imóvel Rural", o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada;(...)”

(Estatuto da Terra – Lei 4.504/64)

# IMÓVEL RURAL



# IMÓVEL RURAL NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

## Critério da Localização

“ Art. 29. O imposto, de competência da União, sobre a propriedade territorial rural tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, localização fora da zona urbana do Município.”

(CTN – Lei 5.172/66)

# IMÓVEL RURAL

## LEI DO CADASTRO RURAL

### Critério da Destinação

“Art. 6º – Para fim de incidência do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, a que se refere o Art. 29 da Lei número 5.172, de 25 de outubro de 1966, considera-se imóvel rural aquele que se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial e que, independentemente de sua localização, tiver área superior a 1 (um) hectare.

Parágrafo único. Os imóveis que não se enquadrem no disposto neste artigo, independentemente de sua localização, estão sujeitos ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, a que se refere o Art. 32 da Lei número 5.172, de 25 de outubro de 1966.”

# Disciplina: Direito Agrário I

STF – RECURSO EXTRAORDINÁRIO RE 93850 MG (STF)

Data de Publicação: 19 de Maio de 1982

Ementa: IMPOSTO PREDIAL. CRITÉRIO PARA A CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL COMO RURAL OU COMO URBANO. A FIXAÇÃO DESSE CRITÉRIO, PARA FINS TRIBUTÁRIOS, E PRINCÍPIO GERAL DE DIREITO TRIBUTÁRIO, E, PORTANTO, SÓ PODE SER ESTABELECIDO POR LEI COMPLEMENTAR. O C.T.N. SEGUNDO A JURISPRUDÊNCIA DO S.T.F., E LEI COMPLEMENTAR. INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 6º., E SEU PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI FEDERAL 5.868, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1972, UMA VEZ QUE, NÃO SENDO LEI COMPLEMENTAR, NÃO PODERIA TER ESTABELECIDO CRITÉRIO, PARA FINS TRIBUTÁRIOS, DE CARACTERIZAÇÃO DE IMÓVEL COMO RURAL OU URBANO DIVERSO DO FIXADO NOS ARTIGOS 29 E 32 DO C.T.N. RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONHECIDO E PROVIDO, DECLARANDO-SE A INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 6º E SEU PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI FEDERAL 5.868, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1972.

# IMÓVEL RURAL NA LEI DA REFORMA AGRÁRIA

## Critério da Destinação

“ Art. 4º Para os efeitos desta lei, conceituam-se:

I – Imóvel Rural – o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agro-industrial;(...)”

(Lei 8.629/93)

# IMÓVEL RURAL NA LEI DO ITR

## Critério da Localização

“Art. 1º O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, de apuração anual, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município, em 1º de janeiro de cada ano.(...)”

(Lei 9.393/96)

# Critério de Definição do Imóvel Rural

1996	Lei n. 9.393 19/12/1996	Dispõe sobre ITR utiliza o Critério da <u>Localização</u> Do Imóvel Rural
1993	Lei n. 8.629 (Lei da RA) 25/02/1993	Art. 4º Critério da <u>Destinação</u> Do Imóvel Rural Também inferior ao CTN Prevaçece Critério da <u>Localização</u>
1982	Acórdão do STF RE 93.850 19/05/1982	CTN = LC Superior a Lei n. 5.868/72, Art. 6º é inconstituc. No mesmo raciocínio Art. 4º E.T.=Inc. Prevaçece Critério da <u>Localização</u>
1972	Lei n. 5.868 12/12/1972	Art. 6º Consolidou Critério da <u>Destinação</u> Do Imóvel Rural
1966	Decreto-Lei n. 57 18/11/1966	Art. 15 Revigorou Critério da <u>Destinação</u> Do Imóvel Rural
1966	Decreto n. 59.428 27/10/1966	Restabelece Critério da <u>Destinação</u> Do Imóvel Rural
1966	Código Tributário Nacional 25/10/1966	Critério da <u>Localização</u> Do Imóvel Rural
1964	Estatuto da Terra 30/11/1964	Art. 4º Critério da <u>Destinação</u> Do Imóvel Rural

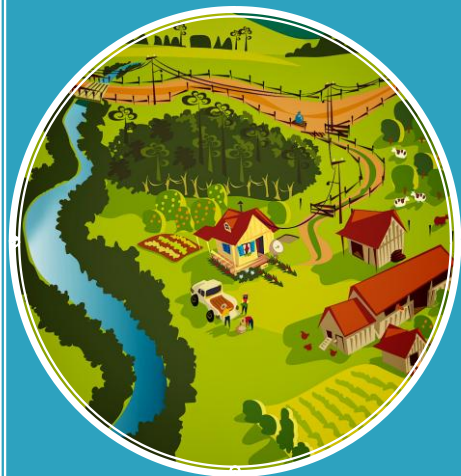


Critério da  
Destinação



Critério da  
Localização

**CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DO IMÓVEL RURAL**



Prédio  
Rústico



Área  
Contínua



Qualquer  
Localização



Destinação  
Agrária

**Características do Imóvel Rural**

# 10. FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL

[FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE.pptx](#)

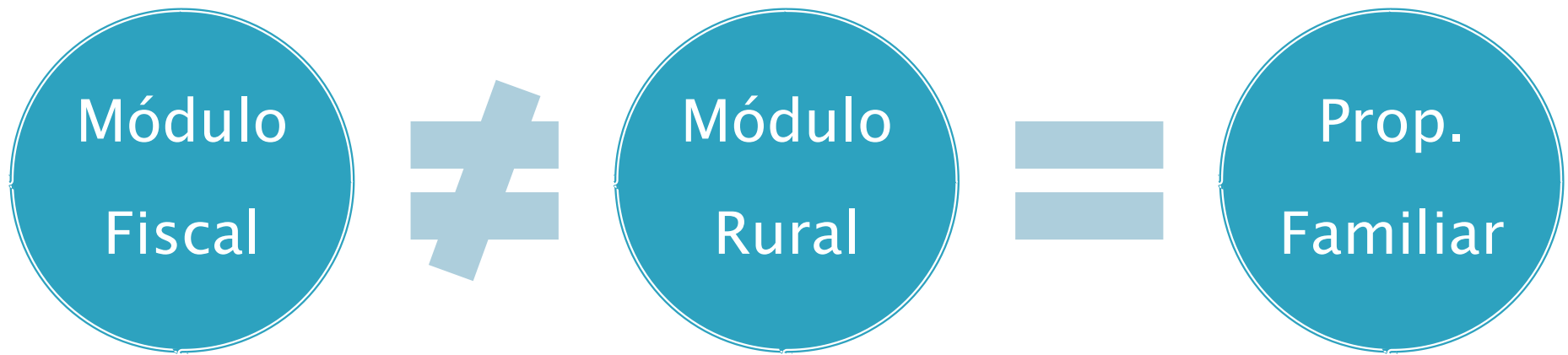






# 11. DIMENSIONAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DO IMÓVEL RURAL





# Disciplina: Direito Agrário I

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se:

[...]

II – "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros;

III – "Módulo Rural", a área fixada nos termos do inciso anterior; [...]

(Lei 4.504/64 – ET)

# Disciplina: Direito Agrário I

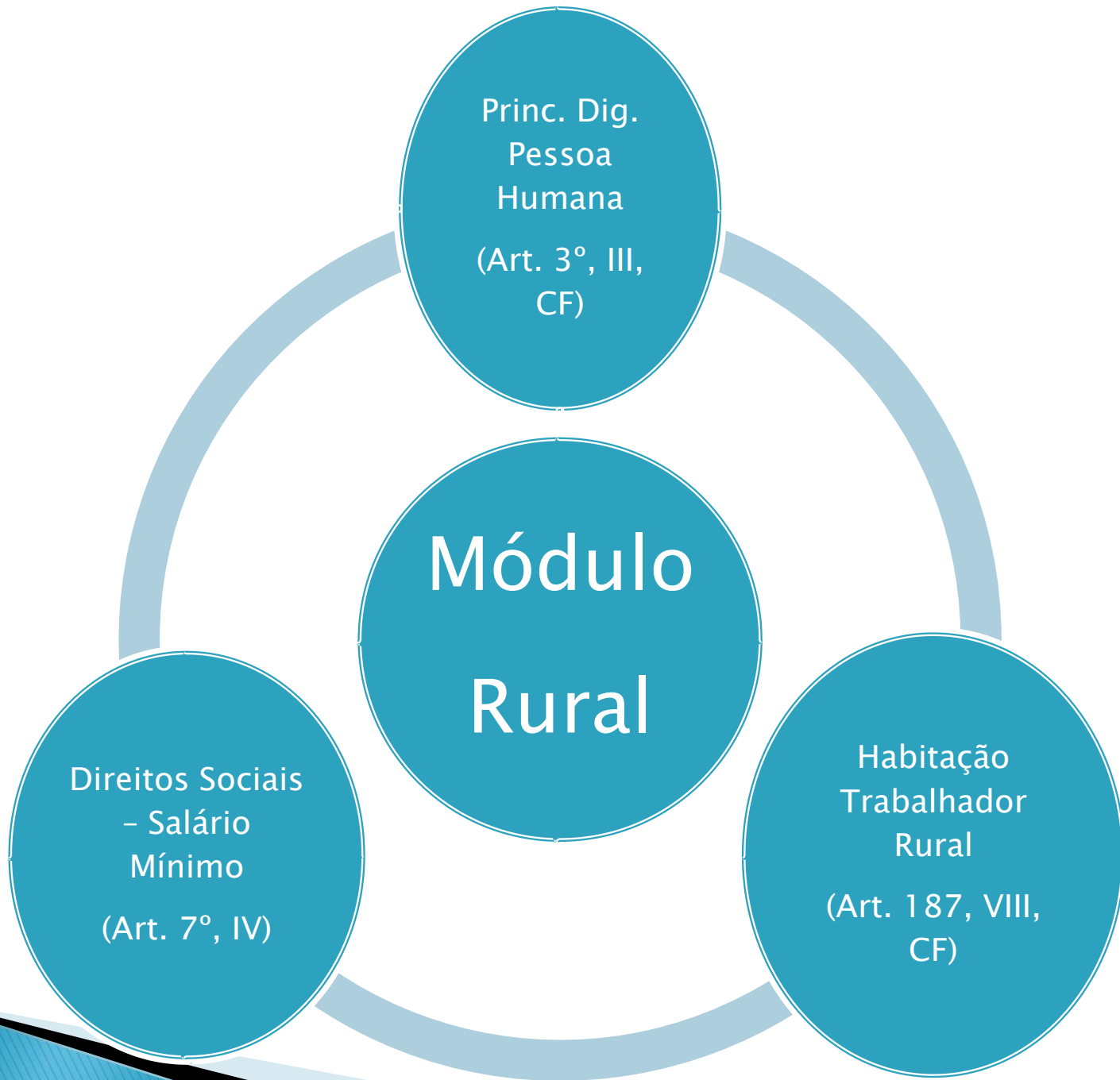
**Art. 11.** O módulo rural, definido no inciso III do art. 4º do Estatuto da Terra, tem como finalidade primordial estabelecer uma unidade de medida que exprima a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento econômico.

Parágrafo único. A fixação do dimensionamento econômico do imóvel que, para cada zona de características ecológicas e econômicas homogêneas e para os diversos tipos de exploração, representará o módulo, será feita em função:

- a) da localização e dos meios de acesso do imóvel em relação aos grandes mercados;
- b) das características ecológicas das áreas em que se situam;
- c) dos tipos de exploração predominante na respectiva zona.

# MÓDULO RURAL:

- I– É uma medida de área (expressa em hectares);
- II– A área definida para a Propriedade Familiar constitui o Módulo Rural;
- III– Varia de acordo com cada região do país onde se situe o imóvel rural;
- IV– Varia de acordo com o tipo de exploração
- V– Implica em um mínimo de renda a ser obtido, ou seja, o salário mínimo.
- VI– A renda deve propiciar ao explorador de atividade agrária não apenas a sua subsistência, mas ao progresso econômico social.



# ZONA TÍPICA DE MÓDULO (ZTM):

Regiões delimitadas, a partir do conceito de módulo rural, com características ecológicas e econômicas homogêneas, baseada na divisão microrregional do IBGE – Microrregiões Geográficas – MRG, considerando as influências demográficas e econômicas de grandes centros urbanos.

Os municípios estão classificados segundo a ZTM a que pertencem, codificadas de 1 a 9 e são especificadas abaixo, de acordo com sua dimensão e tal como fixadas pela Instrução Especial INCRA/Nº 50, de 26.08.97, aprovada pela Portaria MEPF/Nº 36, de 26.08.97, que altera a Portaria MIRAD nº 32/89.

## DIMENSÃO DO MÓDULO POR TIPO DE EXPLORAÇÃO (hectares)

Código da ZTM	ZTM	HORTI-GRANJEIRA	LAVOURA		PECUÁRIA	FLORESTAL	INEXP. EXPL. NÃO DEFINI.
			PERMANENTE	TEMPORÁRIA			
1	A1	2	10	13	30	45	5
2	A2	2	13	16	40	60	10
3	A3	3	15	20	50	60	15
4	B1	3	16	20	50	80	20
5	B2	3	20	25	60	85	25
6	B3	4	25	30	70	90	30
7	C1	4	30	35	90	110	55
8	C2	5	35	40	110	115	70
9	D	5	40	45	110	120	100

# FRAÇÃO MÍNIMA DE PARCELAMENTO (FMP):

Área mínima fixada para cada município, que a lei permite desmembrar, para constituição de um novo imóvel rural, desde que o imóvel original permaneça com área igual ou superior à área mínima fixada (artigo 8º, da Lei nº 5.868/72).

Quando o módulo rural do imóvel for menor do que a fração mínima do município, este imóvel não poderá ser desmembrado.

A Instrução Especial INCRA nº 50/97 que estabelece as novas ZTM, estende a FMP prevista para as capitais dos estados aos demais municípios e revoga as Portarias MIRAD nº 32/89 e MA nº 168/89. Com a aprovação desta Instrução Especial, a FMP do município passou a corresponder ao módulo de exploração hortigranjeira da ZTM a que pertence.

## FRAÇÃO MÍNIMA DE PARCELAMENTO (hectares)

Código da ZTM	ZTM	FMP (ha)
1	A1	2
2	A2	2
3	A3	3
4	B1	3
5	B2	3
6	B3	4
7	C1	4
8	C2	5
9	D	5

# MÓDULO FISCAL

**Art. 50. § 2º O módulo fiscal de cada Município, expresso em hectares, será determinado levando-se em conta os seguintes fatores:**

**a) o tipo de exploração predominante no Município:**

- I – hortifrutigranjeira;
- II – cultura permanente;
- III – cultura temporária;
- IV – pecuária;
- V – florestal;

**b) a renda obtida no tipo de exploração predominante;**

**c) outras explorações existentes no Município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada;**

**d) o conceito de "propriedade familiar", definido no item II do artigo 4º desta Lei.**

# FINALIDADES DO MÓDULO FISCAL

- serve de parâmetro para classificação do imóvel rural quanto a sua dimensão, definindo os limites para a pequena e média propriedade nos termos do art. 4º, incisos II e III da Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993;
- delimitação dos beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF;
- estabelece os critérios de resgate da dívida agrária pagos como indenização das desapropriações por interesse social, de acordo com o art. 5º, parágrafo 3º, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e suas alterações;

# FINALIDADES DO MÓDULO FISCAL

- base de cálculo para a contribuição do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR.

O Módulo Fiscal, vigente de cada município, foi fixado pelos seguintes atos normativos: Instruções Especiais/INCRA N° 19/80, 20/80, 23/82, 27/83, 29/84, 32/85, 33/86 e 37/87; Portaria/MIRAD n° 665/88 e 33/89; Portaria MA n° 167/89; Instrução Especial/INCRA n° 39/90, Portaria Interministerial MEFP/MARA n° 308/91 e n° 404/93; Instrução Especial INCRA n° 51/97, Instrução Especial INCRA N° 1/2001e Instrução Especial INCRA N° 03/2005.

### Módulo Rural

é calculado para cada imóvel rural em separado, e sua área reflete o tipo de exploração predominante no imóvel rural, segundo sua região de localização.



### Módulo Fiscal

por sua vez é estabelecido para cada município, e procura refletir a área mediana dos Módulos Rurais dos imóveis rurais do município.

E.T.

- Propriedade familiar;
- Minifúndio;
- Latifúndio;
- Empresa rural...

## Classificação do Imóvel Rural

CF/88

LRA

- ... Pequena propriedade;
- Média propriedade;
- Propriedade produtiva.

## 12. CLASSIFICAÇÃO DO IMÓVEL RURAL SEGUNDO E.T. PROPRIEDADE FAMILIAR

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se:

[...]

II – "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros;

III – "Módulo Rural", a área fixada nos termos do inciso anterior; [...]

(Lei 4.504/64 – ET)

# CLASSIFICAÇÃO DO IMÓVEL RURAL SEGUNDO E.T. MINIFÚNDIO

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se:  
[...]

IV – "Minifúndio", o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar; [...]

(Lei 4.504/64 – ET)

Art. 22. Para efeito do disposto no art. 4º incisos IV e V , e no art. 46, § 1º, alínea b, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 , considera-se:

I – minifúndio, o imóvel rural com dimensão inferior a um módulo fiscal, calculado na forma do art. 5º; [...]

(DECRETO 84.685/80)

# CLASSIFICAÇÃO DO IMÓVEL RURAL SEGUNDO E.T. LATIFÚNDIO

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se:

[...]

V – "Latifúndio", o imóvel rural que:

- a) exceda a dimensão máxima fixada na forma do artigo 46, § 1º, alínea b, desta Lei, tendo-se em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine; (OBS: 600XMF)
- b) não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural; [...]

# CLASSIFICAÇÃO DO IMÓVEL RURAL SEGUNDO E.T. LATIFÚNDIO

Art. 46, § 1º, b) dos limites máximos permitidos de áreas dos imóveis rurais, os quais não excederão a seiscentas vezes o módulo médio da propriedade rural nem a seiscentas vezes a área média dos imóveis rurais, na respectiva zona; [...]

(Lei 4.504/64 – ET)

Art. 22. Para efeito do disposto no art. 4º incisos IV e V , e no art. 46, § 1º, alínea b, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 , considera-se:  
[...]

II – latifúndio, o imóvel rural que:

a) exceda a 600 (seiscentas) vezes o módulo fiscal calculado na forma do art. 5º; [...]

(DECRETO 84.685/80)

# CLASSIFICAÇÃO DO IMÓVEL RURAL SEGUNDO E.T. LATIFÚNDIO

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se:  
[...]

Parágrafo único. Não se considera latifúndio:

- a) o imóvel rural, qualquer que seja a sua dimensão, cujas características recomendem, sob o ponto de vista técnico e econômico, a exploração florestal racionalmente realizada, mediante planejamento adequado;
- b) o imóvel rural, ainda que de domínio particular, cujo objeto de preservação florestal ou de outros recursos naturais haja sido reconhecido para fins de tombamento, pelo órgão competente da administração pública.

(Lei 4.504/64 – ET)

# CLASSIFICAÇÃO DO IMÓVEL RURAL SEGUNDO E.T. EMPRESA RURAL

Art. 22. Para efeito do disposto no art. 4º incisos IV e V , e no art. 46, § 1º, alínea b, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 , considera-se: [...]

III – empresa rural, o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro das condições de cumprimento da função social da terra e atendidos simultaneamente os requisitos seguintes:

- a) tenha grau de utilização da terra igual ou superior a 80% (oitenta por cento), calculado na forma da alínea a do art. 8º;
- b) tenha grau de eficiência na exploração, calculado na forma do art. 10, igual ou superior a 100% (cem por cento);
- c) cumpra integralmente a legislação que rege as relações de trabalho e os contratos de uso temporário da terra.

(DECRETO 84.685/80)

# 13. CLASSIFICAÇÃO DO IMÓVEL RURAL SEGUNDO CF. PEQUENA PROPRIEDADE

Art. 4º Para os efeitos desta lei, conceituam-se:  
[...]

II – Pequena Propriedade – o imóvel rural:

a) de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;

(Lei 8.629/93)

# CLASSIFICAÇÃO DO IMÓVEL RURAL SEGUNDO CF. PRINCÍPIO DA IMPENHORABILIDADE DA PEQUENA PROPRIEDADE

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XXVI – a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento; [...]

(CF/88)

# CLASSIFICAÇÃO DO IMÓVEL RURAL SEGUNDO CF. PRINCÍPIO DA IMPENHORABILIDADE DA PEQUENA E MÉDIA PROPRIEDADE

Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I – a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II – a propriedade produtiva.

Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social.

(CF/88)

# CLASSIFICAÇÃO DO IMÓVEL RURAL SEGUNDO CF. PRINCÍPIO DA IMPENHORABILIDADE DA PEQUENA E MÉDIA PROPRIEDADE

STF – EMENTA: CONSTITUCIONAL. AGRÁRIO. REFORMA AGRÁRIA. PEQUENA E MÉDIA

PROPRIEDADE. C.F., art. 185, I. MATÉRIA CONTROVERTIDA. I. – A pequena e a média propriedade rural, desde que o seu proprietário não possua outra, são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária: C.F., art. 185, I. A classificação da propriedade rural em pequena, média ou grande subordina-se à extensão da área, vale dizer, da área medida. II. – No caso, não houve a demonstração de que o expropriado não possui outra propriedade. III. – Alegação no sentido de que o imóvel encontra-se enquadrado no Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira e hipotecado ao Banco do Brasil (Lei 8.629/93, art. 7º). Inexistência de prova de satisfação dos requisitos do art. 7º da Lei 8.629/93. IV. – Fatos que autorizam a impetração devem ser incontroversos, por isso que no processo do mandado de segurança não há dilação probatória. V. – M.S. indeferido (MS 24719 / DF – DISTRITO FEDERAL, Relator: Min. CARLOS VELLOSO, Julgamento: 22/04/2004, Órgão Julgador: Tribunal Pleno)

# CLASSIFICAÇÃO DO IMÓVEL RURAL SEGUNDO CF. MÉDIA E GRANDE PROPRIEDADE

Art. 4º Para os efeitos desta lei, conceituam-se: [...]

III – Média Propriedade – o imóvel rural:

a) de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais; [...]

(Lei 8.629/93)

Média Propriedade → 4 (quatro) a 15 (quinze) módulos fiscais

Grande Propriedade → 15 (quinze) módulos fiscais

# CLASSIFICAÇÃO DO IMÓVEL RURAL SEGUNDO CF. PROPRIEDADE PRODUTIVA

Art. 6º Considera-se propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão federal competente.

§ 1º O grau de utilização da terra, para efeito do caput deste artigo, deverá ser igual ou superior a 80% (oitenta por cento), calculado pela relação percentual entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel.

§ 2º O grau de eficiência na exploração da terra deverá ser igual ou superior a 100% (cem por cento), e será obtido de acordo com a seguinte sistemática:

(Lei 8.629/93)

# 14. CONCEITO E OBJETIVOS DA REFORMA AGRÁRIA

Art. 16. A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio.

Parágrafo único. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária será o órgão competente para promover e coordenar a execução dessa reforma, observadas as normas gerais da presente Lei e do seu regulamento.

(Lei 4.504/64 – ET)



# Disciplina: Direito Agrário I

## CONCEITO E OBJETIVOS DA REFORMA AGRÁRIA

Art. 17. O acesso à propriedade rural será promovido mediante a distribuição ou a redistribuição de terras, pela execução de qualquer das seguintes medidas:

- a) desapropriação por interesse social;
- b) doação;
- c) compra e venda;
- d) arrecadação dos bens vagos;
- e) reversão à posse (Vetado) do Poder Público de terras de sua propriedade, indevidamente ocupadas e exploradas, a qualquer título, por terceiros;
- f) herança ou legado.

(Lei 4.504/64 – ET)

# Disciplina: Direito Agrário I

## CONCEITO E OBJETIVOS DA REFORMA AGRÁRIA

Art. 18. À desapropriação por interesse social tem por fim:

- a) condicionar o uso da terra à sua função social;
- b) promover a justa e adequada distribuição da propriedade;
- c) obrigar a exploração racional da terra;
- d) permitir a recuperação social e econômica de regiões;
- e) estimular pesquisas pioneiras, experimentação, demonstração e assistência técnica;
- f) efetuar obras de renovação, melhoria e valorização dos recursos naturais;
- g) incrementar a eletrificação e a industrialização no meio rural;
- h) facultar a criação de áreas de proteção à fauna, à flora ou a outros recursos naturais, a fim de preservá-los de atividades predatórias.

# 15. BENEFICIÁRIOS DA REFORMA AGRÁRIA

Art. 19. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente de estado civil, observada a seguinte ordem preferencial:

I – ao desapropriado, ficando-lhe assegurada a preferência para a parcela na qual se situe a sede do imóvel;

II – aos que trabalham no imóvel desapropriado como posseiros, assalariados, parceiros ou arrendatários;

[...]

(Lei 8.629/93)

# Disciplina: Direito Agrário I

## BENEFICIÁRIOS DA REFORMA AGRÁRIA

Art. 19. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente de estado civil, observada a seguinte ordem preferencial:

[...]

III – aos ex-proprietários de terra cuja propriedade de área total compreendida entre um e quatro módulos fiscais tenha sido alienada para pagamento de débitos originados de operações de crédito rural ou perda na condição de garantia de débitos da mesma origem;

[...]

(Lei 8.629/93)

# Disciplina: Direito Agrário I

## BENEFICIÁRIOS DA REFORMA AGRÁRIA

Art. 19. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente de estado civil, observada a seguinte ordem preferencial:

[...]

IV – aos que trabalham como posseiros, assalariados, parceiros ou arrendatários, em outros imóveis;

V – aos agricultores cujas propriedades não alcancem a dimensão da propriedade familiar;

[...]

(Lei 8.629/93)

# Disciplina: Direito Agrário I

## BENEFICIÁRIOS DA REFORMA AGRÁRIA

Art. 19. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente de estado civil, observada a seguinte ordem preferencial:

[...]

VI – aos agricultores cujas propriedades sejam, comprovadamente, insuficientes para o sustento próprio e o de sua família.

(Lei 8.629/93)

# OBRIGADO !

Prof. Me. João Paulo Miranda

[jpr.miranda@gmail.com](mailto:jpr.miranda@gmail.com)

<http://professormiranda.blogspot.com/>